

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025-PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00012.20250407/0001-26

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E CONSUMOS DE INFORMÁTICA, PROCESSAMENTO DE DADOS, MOBILIÁRIO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E ELETRODOMÉSTICOS, DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE DO MUNICÍPIO DE IPUEIRAS-CE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador:

SEQ	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	MICROCOMPUTADOR 4 A 8 GB SSD 110 A 300	20,00	Unidade
memória ram: 4 a 8 gb núcleos por processador: 4 a 8 armazenamento hdd: sem disco hdd gb armazenamento ssd: 110 a 300 monitor: sem monitor pol componentes adicionais: com teclado e mouse sistema operacional: proprietário garantia on site: superior a 36 meses gabinete: slim			
2	NOTEBOOK, TELA: SUPERIOR A 14 POLEGADAS	4,00	Unidade
notebook, tela: superior a 14 pol interatividade da tela: sem interatividade memória ram: 4 a 8 gb núcleos por processador: 4 a 8 armazenamento hdd: sem disco hdd gb armazenamento ssd: superior a 500 bateria: até 4 células alimentação: bivolt automática sistema operacional: proprietário garantia on site: 12 meses			
3	APARELHO TELEFÔNICO CELULAR	3,00	Unidade
quantidade linhas telefônicas: 2 um características adicionais: 128 gb, 5g, 6 gb ram cor: grafite acessórios: carregador bivolt			
4	TABLET TELA 09 POLEGAS	3,00	Unidade
tela: até 9 pol memória ram: até 4 gb armazenamento interno: 16 gb armazenamento externo: superior a 32 gb processador: quad core câmera frontal: até 8 mpx câmera traseira: superior a 13 mpx conectividade: wi-fi / 3g / 4g / bluetooth sistema operacional: proprietário			
5	SCANNER TIPO MESA	3,00	Unidade
tipo: mesa cromatismo: monocromático resolução: 300 dpi tensão alimentação: 220 v tamanho: a4 número usuários: paralela			
6	TECLADO MICROCOMPUTADOR TIPO: MULTIMIDIA	20,00	Unidade
teclado microcomputador, tipo: padrão, tipo conector usb, conectividade: com fio			
7	MOUSE COMPUTADOR TAMANHO: PADRÃO USB	20,00	Unidade
mouse computador. tamanho: padrão, sensor: laser. tipo conectort usb, conectividade: com fio			
8	MONITOR COMPUTADOR TAMANHO TELA: 22 POL	20,00	Unidade
tamanho tela: até 22 pol tipo de tela: led formato tela: widescreen qualidade de imagem: full hd interatividade da tela: sem interatividade ajuste: ajuste de rotação, altura e inclinação do display alimentação: bivolt garantia on site: 12 meses			
9	MONITOR COMPUTADOR TAMANHO TELA: 23 POL	10,00	Unidade
tamanho tela: 23 pol tipo de tela: led formato tela: widescreen qualidade de imagem: 4 k interatividade da tela: sensível ao toque ajuste: sem ajustes de regulagem alimentação: bivolt garantia on site: 36 meses			
10	ESTABILIZADOR 1000VA	20,00	Unidade
estabilizador 1000va			
11	ESTABILIZADOR 2000VA	10,00	Unidade

estabilizador 2000va			
12	IMPRESSORA LASER RESOLUÇÃO IMPRESSÃO: 1.200 X 1.200	5,00	Unidade
impressora laser tensão alimentação: 110/220 v resolução impressão: 1.200 x 1.200 dpi velocidade impressão preto e branco: 45 ppm capacidade memórias: 512 mb tipo papel: a4 capacidade folha: 600 un tipo bandejas: duplex automático (frente/verso) conexão: usb e ethernet 10/100/100 base tx rj45 integrado características adicionais 1: ciclo de trabalho 175.000 páginas			
13	IMPRESSORA IMPRESSÃO COLORIDA	5,00	Unidade
tipo impressão: laser resolução impressão: 1200 x 1200 dpi tensão alimentação: 220 velocidade impressão preto e branco: 30 ppm velocidade impressão colorida: 25 ppm características adicionais: policromática, impressão frente e verso automática conectividade: usb 2.0 e ethernet gigabit tipo papel: a3/a4/a5/a6/ofício/duplo carta/legal capacidade mínima bandeja: 100 fl			
14	AUTO TRANSFORMADOR 220V/110V	10,00	Unidade
15	FILTRO DE LINHA 220V COM 05 TOMADAS TRIPOLARES	10,00	Unidade
tensão alimentação: 220 v quantidade saída: 5 tomadas tripolares polarizadas características adicionais: abas p/ fixação, pintura eletrostática e extensão			
16	APARELHO AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	10,00	Unidade
aparelho ar condicionado tipo: split capacidade refrigeração: 12.000 btu tensão: 220 v características adicionais: com controle remoto sem fio			
17	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS	10,00	Unidade
arquivo de aço 4 gavetas para pasta suspensa com chave cor verde altura: 133cm largura: 47cm profundidade: 55cm peso: 30kg cor das gavetas verde			
18	ESTANTE DE AÇO COM 06 PRATELEIRAS	10,00	Unidade
estante de aço com 06 prateleiras			
19	GUARDA VOLUMES EM AÇO- 12 PORTAS	2,00	Unidade
guarda volumes em aço- 12 portas dimensões: largura: 121,1 cm altura: 182 cm profundidade: 45 cm fecho chave padrão.			
20	MESA DE ESCRITÓRIO COM GAVETAS 1,40X60 CM	15,00	Unidade
mesa de escritório com gavetas 1,40x60 cm			
21	MESA ESTAÇÃO TRABALHO EM L ESCRITORIO 140X140	10,00	Unidade
mesa estação trabalho em l escritorio 140x140			
22	ARMÁRIO DE AÇO 02 PORTAS 4 PRATELEIRAS	10,00	Unidade
material: chapa aço 24 acabamento superficial: pintura eletrostática epóxi pó, fosfatizado, anti-cor: cinza quantidade portas: 2 um quantidade prateleiras: 4 um altura: 1,95 m largura: 0,90 m profundidade: 0,40 m aplicação: uso geral características adicionais: com fechadura, pés fixos			
23	CADEIRA ESCRITÓRIO: AÇO CROMADO COM BRAÇO E RODINHAS	20,00	Unidade
cadeira escritório: aço cromado com braço e rodinhas			
24	CADEIRA DE ESCRITÓRIO EXECUTIVA GIRATÓRIA COM BRAÇO	15,00	Unidade
secretaria executiva back system com braços regulaveis confortavel anatomica nr 17 call center abnt home casa escritorio material do assento: madeira espuma injetada, material do estofamento: espuma/tecido, com encosto: sim			
25	FOGÃO INDUSTRIAL 02 BOCAS NA COR PRETO	2,00	Unidade
material: aço carbono funcionamento: gás tipo acendimento: manual comprimento: 84 cm largura: 43 cm altura: 72 cm tipo uso: cozinhar e aquecer água características adicionais: esmalte anti-aderente na mesa, trempes de ferro quantidade bocas: 2 un			
26	BEBEDOURO ÁGUA, TIPO COLUNA 220 V	10,00	Unidade
bebedouro água, tipo coluna duas torneiras natural e gelada			
27	FORNO MICROONDAS 30L NA COR PRETA 220V	2,00	Unidade
capacidade: 30 l voltagem: 220 v cor: branca características adicionais: com prato giratório			
28	LIQUIDIFICADOR, CAPACIDADE: 3 LITROS 220V	2,00	Unidade

capacidade: 3 l voltagem: 220 v uso: doméstico características adicionais: 4 velocidades			
29	BALCÃO DE COZINHA EM AÇO TRIPLO 3 PORTAS 3 GAVETAS	2,00	Unidade
balcão de cozinha em aço triplo com tampo 3 portas 3 gavetas cor branca largura do armário 105 cm altura do balcão 91 cm			
30	TELEVISOR 50 POL	2,00	Unidade
tamanho tela: 50 pol voltagem: 220 v características adicionais: 4k, 2 hdmi, 2 usb, bluetooth tipo tela: cristal líquido acessórios: controle remoto			
31	MESA DE REUNIÃO REDONDA	4,00	Unidade
1,20m pés painel nogal com preto			
32	BANCO CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE COM BRAÇOS SCARPARO	2,00	Unidade
cadeira de escritório, giratória, presidente, ergonômica, com braços, estofada, confortável material do assento: espuma, madeira, tecido com rodas: sim com apoio de braços: sim			

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	MICROCOMPUTADOR 4 A 8 GB SSD 110 A 300	20.0	Unidade	3.514,44	70.288,80
MEMÓRIA RAM: 4 A 8 GB NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 4 A 8 ARMAZENAMENTO HDD: SEM DISCO HDD GB ARMAZENAMENTO SSD: 110 A 300 MONITOR: SEM MONITOR POL COMPONENTES ADICIONAIS: COM TECLADO E MOUSE SISTEMA OPERACIONAL: PROPRIETÁRIO GARANTIA ON SITE: SUPERIOR A 36 MESES GABINETE: SLIM					
2	NOTEBOOK, TELA: SUPERIOR A 14 POLEGADAS	4.0	Unidade	3.031,33	12.125,32
NOTEBOOK, TELA: SUPERIOR A 14 POL INTERATIVIDADE DA TELA: SEM INTERATIVIDADE MEMÓRIA RAM: 4 A 8 GB NÚCLEOS POR PROCESSADOR: 4 A 8 ARMAZENAMENTO HDD: SEM DISCO HDD GB ARMAZENAMENTO SSD: SUPERIOR A 500 BATERIA: ATÉ 4 CÉLULAS ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICA SISTEMA OPERACIONAL: PROPRIETÁRIO GARANTIA ON SITE: 12 MESES					
3	APARELHO TELEFÔNICO CELULAR	3.0	Unidade	1.969,92	5.909,76
QUANTIDADE LINHAS TELEFÔNICAS: 2 UM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 128 GB, 5G, 6 GB RAM COR: GRAFITE ACESSÓRIOS: CARREGADOR BIVOLT					
4	TABLET TELA 09 POLEGAS	3.0	Unidade	1.483,33	4.449,99
TELA: ATÉ 9 POL MEMÓRIA RAM: ATÉ 4 GB ARMAZENAMENTO INTERNO: 16 GB ARMAZENAMENTO EXTERNO: SUPERIOR A 32 GB PROCESSADOR: QUAD CORE CÂMERA FRONTAL: ATÉ 8 MPX CÂMERA TRASEIRA: SUPERIOR A 13 MPX CONECTIVIDADE: WI-FI / 3G / 4G / BLUETOOTH SISTEMA OPERACIONAL: PROPRIETÁRIO					
5	SCANNER TIPO MESA	3.0	Unidade	1.994,67	5.984,01
TIPO: MESA CROMATISMO: MONOCROMÁTICO RESOLUÇÃO: 300 DPI TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V TAMANHO: A4 NÚMERO USUÁRIOS: PARALELA					
6	TECLADO MICROCOMPUTADOR TIPO: MULTIMÍDIA	20.0	Unidade	33,33	666,60
TECLADO MICROCOMPUTADOR, TIPO: PADRÃO, TIPO CONECTOR USB, CONECTIVIDADE: COM FIO					
7	MOUSE COMPUTADOR TAMANHO: PADRÃO USB	20.0	Unidade	24,17	483,40
MOUSE COMPUTADOR. TAMANHO: PADRÃO, SENSOR: LASER. TIPO CONECTOR USB, CONECTIVIDADE: COM FIO					
8	MONITOR COMPUTADOR TAMANHO TELA: 22 POL	20.0	Unidade	548,20	10.964,00
TAMANHO TELA: ATÉ 22 POL TIPO DE TELA: LED FORMATO TELA: WIDESCREEN QUALIDADE DE IMAGEM: FULL HD INTERATIVIDADE DA TELA: SEM INTERATIVIDADE AJUSTE: AJUSTE DE ROTAÇÃO, ALTURA E INCLINAÇÃO DO DISPLAY ALIMENTAÇÃO: BIVOLT GARANTIA ON SITE: 12 MESES					
9	MONITOR COMPUTADOR TAMANHO TELA: 23 POL	10.0	Unidade	636,50	6.365,00
TAMANHO TELA: 23 POL TIPO DE TELA: LED FORMATO TELA: WIDESCREEN QUALIDADE DE IMAGEM: 4 K INTERATIVIDADE DA TELA: SENSÍVEL AO TOQUE AJUSTE: SEM AJUSTES DE REGULAGEM ALIMENTAÇÃO: BIVOLT GARANTIA ON SITE: 36 MESES					
10	ESTABILIZADOR 1000VA	20.0	Unidade	424,00	8.480,00
ESTABILIZADOR 1000VA					
11	ESTABILIZADOR 2000VA	10.0	Unidade	742,52	7.425,20

ESTABILIZADOR 2000VA					
12	IMPRESSORA LASER RESOLUÇÃO IMPRESSÃO: 1.200 X 1.200	5.0	Unidade	4.166,33	20.831,65
IMPRESSORA LASER TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220 V RESOLUÇÃO IMPRESSÃO: 1.200 X 1.200 DPI VELOCIDADE IMPRESSÃO PRETO E BRANCO: 45 PPM CAPACIDADE MEMÓRIAS: 512 MB TIPO PAPEL: A4 CAPACIDADE FOLHA: 600 UN TIPO BANDEJAS: DUPLEX AUTOMÁTICO (FRENTE/VERSO) CONEXÃO: USB E ETHERNET 10/100/100 BASE TX RJ45 INTEGRADO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1: CICLO DE TRABALHO 175.000 PÁGINAS					
13	IMPRESSORA IMPRESSÃO COLORIDA	5.0	Unidade	1.919,67	9.598,35
TIPO IMPRESSÃO: LASER RESOLUÇÃO IMPRESSÃO: 1200 X 1200 DPI TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 VELOCIDADE IMPRESSÃO PRETO E BRANCO: 30 PPM VELOCIDADE IMPRESSÃO COLORIDA: 25 PPM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: POLICROMÁTICA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO AUTOMÁTICA CONECTIVIDADE: USB 2.0 E ETHERNET GIGABIT TIPO PAPEL: A3/A4/A5/A6/OFÍCIO/DUPLO CARTA/LEGAL CAPACIDADE MÍNIMA BANDEJA: 100 FL					
14	AUTO TRANSFORMADOR 220V/110V	10.0	Unidade	303,04	3.030,40
15	FILTRO DE LINHA 220V COM 05 TOMADAS TRIPOLARES	10.0	Unidade	83,33	833,30
TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V QUANTIDADE SAÍDA: 5 TOMADAS TRIPOLARES POLARIZADAS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABAS P/ FIXAÇÃO, PINTURA ELETROSTÁTICA E EXTENSÃO					
16	APARELHO AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	10.0	Unidade	2.735,17	27.351,70
APARELHO AR CONDICIONADO TIPO: SPLIT CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO: 12.000 BTU TENSÃO: 220 V CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CONTROLE REMOTO SEM FIO					
17	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS	10.0	Unidade	1.069,57	10.695,70
ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS PARA PASTA SUSPensa COM CHAVE COR VERDE ALTURA: 133CM LARGURA: 47CM PROFUNDIDADE: 55CM PESO: 30KG COR DAS GAVETAS VERDE					
18	ESTANTE DE AÇO COM 06 PRATELEIRAS	10.0	Unidade	307,93	3.079,30
ESTANTE DE AÇO COM 06 PRATELEIRAS					
19	GUARDA VOLUMES EM AÇO- 12 PORTAS	2.0	Unidade	1.337,11	2.674,22
GUARDA VOLUMES EM AÇO- 12 PORTAS DIMENSÕES: LARGURA: 121,1 CM ALTURA: 182 CM PROFUNDIDADE: 45 CM FECHO CHAVE PADRÃO.					
20	MESA DE ESCRITÓRIO COM GAVETAS 1,40X60 CM	15.0	Unidade	601,22	9.018,30
MESA DE ESCRITÓRIO COM GAVETAS 1,40X60 CM					
21	MESA ESTAÇÃO TRABALHO EM L ESCRITORIO 140X140	10.0	Unidade	853,00	8.530,00
MESA ESTAÇÃO TRABALHO EM L ESCRITORIO 140X140					
22	ARMÁRIO DE AÇO 02 PORTAS 4 PRATELEIRAS	10.0	Unidade	1.504,67	15.046,70
MATERIAL: CHAPA AÇO 24 ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI PÓ, FOSFATIZADO, ANTI-COR: CINZA QUANTIDADE PORTAS: 2 UM QUANTIDADE PRATELEIRAS: 4 UM ALTURA: 1,95 M LARGURA: 0,90 M PROFUNDIDADE: 0,40 M APLICAÇÃO: USO GERAL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM FECHADURA, PÉS FIXOS					
23	CADEIRA ESCRITÓRIO: AÇO CROMADO COM BRAÇO E RODINHAS	20.0	Unidade	748,52	14.970,40
CADEIRA ESCRITÓRIO: AÇO CROMADO COM BRAÇO E RODINHAS					
24	CADEIRA DE ESCRITÓRIO EXECUTIVA GIRATÓRIA COM BRAÇO	15.0	Unidade	500,29	7.504,35
SECRETARIA EXECUTIVA BACK SYSTEM COM BRAÇOS REGULAVEIS CONFORTAVEL ANATOMICA NR 17 CALL CENTER ABNT HOME CASA ESCRITORIO MATERIAL DO ASSENTO: MADEIRA ESPUMA INJETADA, MATERIAL DO ESTOFAMENTO: ESPUMA/TECIDO, COM ENCOSTO: SIM					
25	FOGÃO INDUSTRIAL 02 BOCAS NA COR PRETO	2.0	Unidade	1.135,60	2.271,20
MATERIAL: AÇO CARBONO FUNCIONAMENTO: GÁS TIPO ACENDIMENTO: MANUAL COMPRIMENTO: 84 CM LARGURA: 43 CM ALTURA: 72 CM TIPO USO: COZINHAR E AQUECER ÁGUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESMALTE ANTI-ADERENTE NA MESA, TREMPES DE FERRO QUANTIDADE BOCAS: 2 UN					
26	BEBEDOURO ÁGUA, TIPO COLUNA 220 V	10.0	Unidade	1.013,73	10.137,30
BEBEDOURO ÁGUA, TIPO COLUNA DUAS TORNEIRAS NATURAL E GELADA					
27	FORNO MICROONDAS 30L NA COR PRETA 220V	2.0	Unidade	939,50	1.879,00
CAPACIDADE: 30 L VOLTAGEM: 220 V COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PRATO GIRATÓRIO					
28	LIQUIDIFICADOR, CAPACIDADE: 3 LITROS 220V	2.0	Unidade	282,20	564,40

CAPACIDADE: 3 L VOLTAGEM: 220 V USO: DOMÉSTICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 4 VELOCIDADES					
29	BALCÃO DE COZINHA EM AÇO TRIPLO 3 PORTAS 3 GAVETAS	2.0	Unidade	1.095,98	2.191,96
BALCÃO DE COZINHA EM AÇO TRIPLO COM TAMPO 3 PORTAS 3 GAVETAS COR BRANCA LARGURA DO ARMÁRIO 105 CM ALTURA DO BALCÃO 91 CM					
30	TELEVISOR 50 POL	2.0	Unidade	3.046,67	6.093,34
Tamanho Tela: 50 POL Voltagem: 220 V Características Adicionais: 4k, 2 Hdmi, 2 Usb, BluetoothTipo Tela: Cristal Líquido Acessórios: Controle Remoto					
31	MESA DE REUNIÃO REDONDA	4.0	Unidade	1.229,68	4.918,72
1,20m Pés Painel Nogueira com Preto					
32	BANCO CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE COM BRAÇOS SCARPARO	2.0	Unidade	879,67	1.759,34
CADEIRA DE ESCRITÓRIO, GIRATÓRIA, PRESIDENTE, ERGONOMICA, COM BRAÇOS, ESTOFADA, CONFORTÁVEL MATERIAL DO ASSENTO: ESPUMA, MADEIRA, TECIDO COM RODAS: SIM COM APOIO DE BRAÇOS: SIM					

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, CONFORME ESTABELECE O ART. 84 DA Lei Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.

1.4.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 296.121,71 (duzentos e noventa e seis mil, cento e vinte e um reais e setenta e um centavos)

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 05 (cinco) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: --.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24.A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Item.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

- 8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor .

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1.O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados pelo órgão gerenciador, quanto a:

- I - os quantitativos e os saldos;
- II - as solicitações de adesão; e
- III - o remanejamento das quantidades.

9.2.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.1. Os instrumentos acima especificados serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital , observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

10.1.A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

102. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Em atendimento ao § 3º do art. 86, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, será permitida a adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública, permitindo a ampliação do acesso às condições contratuais vantajosas já negociadas, em conformidade com as disposições legais vigentes.

11.1.1. A adesão à ata de registro de preços configura uma estratégia administrativa que visa ampliar a eficiência e promover a economicidade nas contratações públicas. Esta decisão está alinhada com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, conforme estabelecido pela Constituição Federal e reiterado pelos Acórdãos 224/2020, 2736/2023 e 2822/2021 do Tribunal de Contas da União (TCU).

A opção pela adesão não é meramente procedimental, mas uma escolha estratégica que requer uma justificação clara e robusta. Nesse sentido, a adesão deve ser precedida por uma análise criteriosa do mercado e uma avaliação das vantagens econômicas, garantindo que as condições obtidas através do registro de preços sejam, de fato, as mais vantajosas para a Administração Pública. Esta análise deve considerar não apenas os custos diretos, mas também os benefícios de longo prazo, como a redução de tempo e recursos despendidos em múltiplas licitações.

Além disso, a adesão deve estar em harmonia com os objetivos estratégicos do órgão ou entidade, contribuindo para a otimização de recursos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão. A transparência do processo é fundamental e deve ser assegurada pela divulgação de todos os atos, garantindo que a adesão à ata de registro de preços ocorra de forma aberta e acessível a todos os interessados.

Em conformidade com os precedentes do TCU, a inclusão de cláusula de adesão no edital deve ser motivada de forma explícita, detalhando como essa escolha se alinha à busca pela eficiência administrativa e quais benefícios específicos são esperados. Tal motivação reforça o compromisso com a gestão fiscal responsável e com a obtenção de valor para o dinheiro público.

Portanto, a adesão à ata de registro de preços, quando bem fundamentada e justificada, representa uma prática alinhada à busca constante pela eficiência na Administração Pública, proporcionando economia, agilidade e qualidade na contratação de bens e serviços, sempre em prol do interesse público.

Ipueiras/CE,